



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

### CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE "REFORÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ZONA URBANA" ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL "JOSÉ FERNANDO MIRANDA DA COSTA, LDA.", DE VELAS, AÇORES. -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia 17 de junho de 2015, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), actualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com o seu despacho de 14 de maio de 2015, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respectiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

**Maria Alzira Ferros Miranda Pereira da Costa**, casada, titular do Cartão de Cidadão n.º 8576178, natural da freguesia de Capareiros, concelho de Viana do Castelo, residente na Rua Armindo Santos Barbosa, Barroselas, que outorga na qualidade de **Sócio-Gerente** com poderes para este acto, em representação da sociedade comercial por quotas que usa a firma "**JOSÉ FERNANDO MIRANDA DA COSTA, LDA**", com sede no lugar de Levadas, freguesia de Santo Amaro, concelho de Velas, Açores, matriculada na Conservatória do Registo Comercial deste concelho, com o número único de matrícula e de identificação fiscal **502 662 166**, com o capital social de € 350.000,00, como segunda outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo contrato que se regula pelas cláusulas seguintes: -----



**Primeira:** O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **14 de Maio de 2015**, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada da segunda outorgante, o **“REFORÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ZONA URBANA”**. -----

Pelo referido despacho foi aprovada ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

**Segunda:** O fornecimento é adjudicado pelo preço de € **13.558,31 (treze mil quinhentos e cinquenta e oito euros e trinta e um cêntimos)**, mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

**Terceira:** O prazo de prestação do serviço adjudicado é de **45 dias seguidos**, a contar da data da assinatura deste contrato. -----

**Quarta:** O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efectuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente factura. -----

**Quinta:** O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respectiva, do ano corrente, a seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais.

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 04** – Construções diversas; e **Alínea 04** – Iluminação Pública. -----

Classificação Funcional – **32201**. -----

**Sexta:** O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 145º nº 1, da Lei nº 82-

B/2014, de 31 de Dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

**Sétima:** Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

**Oitava 1** – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) O caderno de encargos; -----

b) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual os mesmos são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

**Nona:** É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

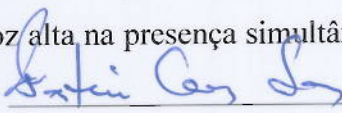
**Décima:** A segunda outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

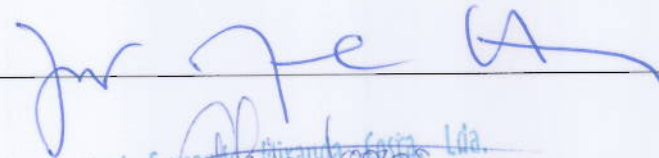
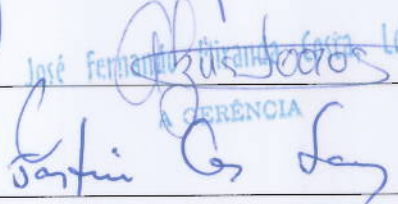
**Décima Primeira:** Que se obriga a realizar o fornecimento objecto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pela segunda outorgante os seguintes documentos: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **18-02-2015**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Velas, em **10-04-2015**, comprovativa de que a referida



sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial subscrita em 23-12-2014 e válida até **23-12-2015**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes da segunda outorgante para este acto; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----

  
  
José Fernando ~~Alcázar~~ ~~Alcázar~~ Lda.  
A GERÊNCIA

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **2015/029/55**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **14/2015**